

Orçamento prevê crescimento zero em 92

Sebastião Pedra 11.06.91

O governo encaminhou ontem ao Congresso Nacional a mensagem do orçamento da União para 1992, que apresenta uma taxa nula de crescimento real da economia no ano que vem. Conforme a mensagem, este ano houve uma queda de 4,62% da massa salarial, que será mantida no próximo ano, assim como o nível de emprego observado no segundo semestre de 1991. Com isso, o governo indica que não haverá recuperação da economia e a recessão observada neste momento irá, no mínimo, manter-se no mesmo nível.

O orçamento para 1992, a ser modificado e aprovado pelos parlamentares até o final do ano, traz Cr\$ 51,3 trilhões de receitas tributárias e despesas, em números que serão corrigidos de acordo com a inflação. Trata-se do orçamento mais magro já remetido pelo Executivo ao Congresso Nacional. Está previsto crescimento apenas para a saúde, educação e a seguridade social, enquanto haverá redução de gastos de 30% sobre o que foi liberado este ano e de 25% em média para os outros setores.

Espanto

Por determinação do presidente Fernando Collor, segundo relato do secretário nacional de Orçamento, Pedro Parente, os gastos com o programa nuclear foram protegidos na efetuação de cortes e os Centros Integrados de Apoio à Criança (Ciacs) terão Cr\$ 346,8 bilhões. "É um espanto que ainda estejamos vivos. Vocês ouviram a gritaria dos Ministérios", desabafou o secretário Parente.

Para 1992 está previsto que não haverá crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e o governo ampliará sua renúncia fiscal concedendo incentivos que vão consumir 1,87% do PIB, cerca de Cr\$ 2 trilhões. Pela primeira vez, a lei orçamentária prevê que o governo tomará todas as medidas necessárias, como cortes e contingenciamento dos recursos, para adequar as despesas à receita prevista.

Os assalariados, isoladamente, contribuirão com a maior parcela da receita, pois dos Cr\$ 5,2 trilhões a serem arrecadados com o Imposto de Renda, Cr\$ 1,6 trilhão virão das empresas, Cr\$ 323 bilhões da declaração de pessoas físicas e Cr\$ 3,2 trilhões do IR descontado na fonte.

Outra inovação na lei orçamen-

tária foi a criação, por sugestão da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), do Plano de Desenvolvimento Integrado do Nordeste (PDRI/NE), que coordenará a aplicação de todos os recursos a serem destinados aos estados nordestinos, da ordem de US\$ 4 bilhões, ou seja, mais de Cr\$ 1 trilhão, sob a gestão da Sudene, que é subordinada à SDR. Essa iniciativa tem o objetivo de tornar mais eficiente o uso de verbas públicas na região, explicou Parente.

Transferências

As transferências de recursos para os estados e municípios vão totalizar Cr\$ 4,1 trilhões. Os gastos com o pagamento de pessoal ficarão em Cr\$ 4,9 trilhões e os benefícios a serem concedidos pela Previdência Social chegarão a Cr\$ 5 trilhões. Também serão astronômicos os gastos com a dívida pública. Além de Cr\$ 22,6 trilhões com a rolagem de títulos (recursos que o governo vai tirar do mercado para em seguida resgatar títulos que irão vencer), serão gastos outros Cr\$ 824 bilhões somente com a remuneração de títulos, considerando-se a parcela de gastos com juros, superior à inflação.

Depois de apertar os cintos para o próximo ano com rigor ainda maior que nos anos anteriores, a equipe de técnicos da Secretaria de Orçamento acrescentou mais uma parcela de recursos ao orçamento, correspondente a 1% do PIB, que será obtida através de um esforço redobrado de cobrança da dívida ativa, que permanece incobrada durante anos, pela Procuradoria da Fazenda Nacional, e uma fiscalização mais intensa por parte da Receita Federal.

A emenda do sigilo bancário, assim como duas dezenas de outras que estão sendo propostas pelo presidente Fernando Collor ao Congresso e aos governadores, podem alterar os números do orçamento para o próximo ano, desde que sejam votadas neste segundo semestre, prevê, otimista, Pedro Parente. Por enquanto, do total de recursos previstos, apenas 4% vão para os gastos diretos da União. Desse total, Cr\$ 8,6 trilhões estão vinculados a gastos previstos pela Constituição e apenas Cr\$ 1,9 trilhão serão destinados ao custeio e ao investimento dos órgãos da administração direta, inviabilizando a recuperação dos prédios públicos.



Parente disse que só foram protegidos os gastos com programa nuclear e com os Ciacs, para 92